

Editorial

Dino e o desafio de sustentar o que sempre defendeu

Quando alguém constrói toda a sua trajetória pública cobrando rigor, ética e coerência, chega um momento em que não basta decidir dentro da lei. É preciso também sustentar, na prática, aquilo que sempre se exigiu dos outros. É nesse ponto que o ministro Flávio Dino passa a ser colocado sob um tipo de cobrança que não é circunstancial, mas consequência direta da imagem que ajudou a consolidar.

Dino nunca foi um personagem de discurso moderado. Ao contrário, se destacou justamente por adotar um tom firme, muitas vezes incisivo, ao tratar de moralidade pública e de condutas que considerava incompatíveis com a vida institucional. Essa postura o projetou e criou uma expectativa clara sobre como agiria em qualquer posição de poder; sobretudo, em uma função que exige não só técnica, mas também equilíbrio e distanciamento.

O que começa a provocar incômodo é a distância que passa a ser percebida entre esse histórico e determinadas decisões atuais. Não se trata de questionar a legalidade, mas de observar o conjunto. Há diferenças na forma e na intensidade das respostas. Especialmente em casos que envolvem figuras com as quais já teve algum tipo de relação, o efeito não é apenas jurídico, é também político e simbólico.

Para alguém que sempre cobrou linha dura e coerência, qualquer sinal de tratamento desigual ganha outra dimensão. A exigência, nesse caso, é maior porque foi ele próprio, Flávio Dino, quem elevou o padrão. E quando esse padrão parece oscilar, o desgaste não depende de adversários nem de discursos contrários, ele surge naturalmente da comparação entre o que se dizia e o que se pratica.

É dessa diferença, ainda que por vezes discreta, que nascem as críticas mais persistentes. Não por acaso, elas deixam de ser pontuais e passam a acompanhar cada nova decisão, alimentando a percepção de que há uma oscilação entre o Flávio Dino da política, marcado pelo discurso rígido e pela cobrança enfática por coerência, e o Flávio Dino do Supremo, onde algumas decisões passam a ser vistas como atravessadas por motivações que extrapolam o campo estritamente técnico, inclusive com indícios de viés pessoal. É justamente nessa distância entre as duas versões que a credibilidade começa a se desgastar de forma mais visível e difícil de recompor.

Novo programa de renegociação prevê descontos de até 80% para inadimplentes no país

O governo federal prepara o lançamento de um programa de renegociação de dívidas voltado às famílias, com possibilidade de descontos de até 80% sobre os débitos. A medida ocorre em um cenário de aumento da inadimplência, que atingiu 81,7 milhões de brasileiros em março de 2026, e busca reduzir o comprometimento da renda e ampliar o acesso ao crédito. A proposta segue a linha de iniciativas anteriores de estímulo à renegociação e deve envolver bancos, fintechs e demais credores, com incentivos para concessão de abatimentos elevados. Há previsão de participação do setor público como garantidor de parte das operações, com o objetivo de reduzir riscos e ampliar a adesão das instituições financeiras. Especialistas avaliam que a medida pode contribuir para a reorganização financeira

das famílias e ter efeitos sobre o consumo, ao permitir a regularização de débitos em um ambiente de juros elevados. A retomada do acesso ao crédito tende a impactar a atividade econômica, embora o cenário ainda exija cautela diante do nível de endividamento. Educação financeira Independentemente da possibilidade de renegociar ou quitar dívidas, a organização financeira continua sendo o principal fator para evitar novos problemas. Planejar gastos, acompanhar receitas e manter controle sobre o orçamento são medidas essenciais para reduzir riscos, evitar o efeito acumulativo dos juros e garantir maior previsibilidade nas finanças. Sem esse controle, mesmo soluções de curto prazo tendem a ser insuficientes, prolongando o ciclo de endividamento.

Mudança no ciclo de juros força reavaliação da carteira e da exposição a risco

O início do ciclo de queda dos juros no Brasil altera a dinâmica de investimentos e recoloca os ativos reais no radar. Com a taxa básica ainda elevada, mas em trajetória de recuo, a migração da renda fixa para outras classes passa a exigir maior alinhamento entre retorno esperado, liquidez e horizonte de aplicação. Projeções indicam a taxa básica próxima de 12% ao fim de 2026, o que tende a reduzir gradualmente a atratividade

dos ativos mais líquidos. Nesse cenário, a decisão de alocação deixa de ser automática e passa a depender do momento de entrada e do volume de recursos direcionados para ativos com maior potencial de valorização. Durante o período de juros elevados, aplicações conservadoras dominaram a estratégia dos investidores. Com a mudança de ciclo, o custo de oportunidade se amplia, incluindo tanto o risco

de sair cedo da renda fixa quanto o de adiar a entrada em ativos que podem se beneficiar da nova fase econômica. A transição tende a ocorrer de forma gradual, com foco na preservação de liquidez e na eficiência do uso do capital. O fator tempo ganha relevância, e a gestão da carteira passa a exigir mais planejamento para equilibrar flexibilidade e busca por retorno. (COM INFORMAÇÕES DO BOLETIM NACIONAL)

Mercado revela o que pode levar o Ibovespa a 230 mil pontos

O Ibovespa ultrapassou os 197 mil pontos na última sexta-feira, atingindo um nível inédito e antecipando projeções que parte do mercado esperava apenas para o fim do ano. O avanço levou instituições financeiras a revisar suas estimativas, com divergências sobre os fatores necessários para sustentar novas altas. O JPMorgan tinha como cenário-base o índice em 190 mil pontos ao fim de 2025, patamar agora superado. Para alcançar a projeção mais otimista, de 230 mil pontos, o banco avalia que o país precisa avançar de um ciclo

impulsionado por fatores conjunturais para um ambiente de crescimento estrutural, com maior credibilidade fiscal e espaço para flexibilização da política monetária. Na avaliação de Rodrigo Moliterno, da Veedha Investimentos, um eventual arrefecimento das tensões entre Irã e Estados Unidos poderia adicionar cerca de 35 mil pontos ao índice, desde que acompanhado por câmbio mais favorável e continuidade da queda dos juros. A estabilização do preço do petróleo em torno de US\$ 70 por barril também é apontada como fator que reduziria

pressões inflacionárias e ampliaria o espaço para cortes de juros. O Safra projeta o Ibovespa em 220 mil pontos e destaca que o índice ainda negocia abaixo da média histórica e de outros mercados emergentes. O banco considera que o ciclo de redução da Selic pode favorecer a reprecificação dos ativos, enquanto o BB Investimentos mantém estimativa de 205 mil pontos, em um cenário de lucros em recuperação, fluxo externo positivo e continuidade do afrouxamento monetário.

Carne bovina sobe 16% e mantém tendência de alta em 2026

O mercado de carne bovina mantém preços em níveis elevados ao longo de 2026, sustentado pela combinação de demanda externa aquecida e consumo doméstico consistente, segundo avaliação da Scot Consultoria. Mesmo com incertezas no cenário internacional, como o comportamento das compras chinesas e tensões comerciais, a tendência de sustentação permanece. As exportações seguem como principal fator na formação

de preços, ao reduzir a oferta disponível no mercado interno. O avanço dos embarques nos últimos anos tem limitado pressões de queda, mesmo diante de níveis elevados de produção, equilibrando a relação entre oferta e demanda e sustentando a arroba do boi gordo. No mercado doméstico, o consumo também reforça esse movimento. No primeiro trimestre de 2026, a carne bovina registrou alta de 16%, enquanto proteínas concorrentes

recuaram, com queda de 11% no frango e de 22% na carne suína, indicando mudança na dinâmica de consumo entre as proteínas. Para o segundo semestre, a consultoria aponta necessidade de acompanhamento mais atento. Fatores como possível desaceleração da economia chinesa, além de impactos de conflitos geopolíticos e alterações nas condições comerciais globais, podem influenciar o ritmo das exportações e a formação de preços no mercado interno.

Mudança na jornada 6X1 pode reduzir ganhos do varejo em até 15%, aponta Fitch

A proposta de reduzir a jornada semanal de 44 para 40 horas, com o fim da escala 6x1, pode pressionar a rentabilidade do varejo brasileiro. Segundo a Fitch Ratings, o impacto sobre o resultado operacional das empresas do setor pode variar entre 10% e 15%, com redução das margens entre 100 e 200 pontos-base. O efeito está associado

ao aumento de custos operacionais, especialmente em atividades que exigem funcionamento contínuo. Segmentos como o varejo farmacêutico, que opera em múltiplos turnos, redes de vestuário em shopping centers e estabelecimentos de alimentação tendem a ser mais afetados, devido à menor flexibilidade para ajustes de horários.

As projeções não consideram possíveis medidas de adaptação das empresas, como renegociação de acordos trabalhistas, revisão do quadro de funcionários ou ganhos de produtividade. Essas ações podem reduzir parte do impacto, a depender da capacidade de ajuste de cada companhia e do repasse de custos ao consumidor. A eventual implementação

Abrço do Dia

O nosso abraço desta terça-feira vai para o promotor de justiça Rodolfo Soares dos Reis, que foi promovido, em sessão ordinária do Conselho Superior do Ministério Público do Maranhão, ao cargo de procurador de justiça, pelo critério de merecimento. Ele será o titular da 18ª Procuradoria de Justiça Cível. Parabéns!

Rarará

Manuel encontra Joaquim: — Ora, pois, homem, por que estás todo suado? — Nem me fales, Manuel! Fiquei preso na escada rolante do shopping... faltou a luz! Passei quatro horas em pé esperando voltar! Manuel arregala os olhos: — Mas tu és mesmo um tonto, Joaquim! A escada não tinha degraus? — Tinha... — Então por que não te sentaste?

Sobe/Desce

Sobe

Pacientes de todo o país terão acesso a protocolos mais ampliados de prevenção e controle do câncer no Sistema Único de Saúde (SUS). A Lei nº 15.385, publicada no Diário Oficial da União nesta segunda-feira (13), institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do SUS e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer.

Desce

As estatais brasileiras registraram, entre janeiro e fevereiro, o pior início de ano da história, com um rombo de mais de 4,1 bilhões de reais no orçamento.



TRIBUNAL DE CONTAS

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 90001/2026 – COLIC/TCE/MA - O Tribunal de Contas do Estado do Maranhão - TCE - MA, UASG 925309, torna público a Relação dos Profissionais em comunicação, publicidade ou marketing, interessados e inscritos para participar de sessão pública do sorteio dos membros de Subcomissão Técnica relativa à análise e julgamento de proposta técnica de licitação a ser autuada pelo TCE-MA para contratação de serviços de publicidade, nos termos da Lei Federal Nº 12.232/2010 c/c Lei Federal 14.133/2021, no que couber, em caráter não oneroso, a saber: Com Vínculo Empregatício: Alexandre Antonio Vieira, Fernando José Gomes de Abreu e Mariana de Jesus Durans Matos; Sem Vínculo Empregatício: Ádria Rodrigues de Carvalho, Allan Rawderson de Sousa Albuquerque, Amanda Dutra Ramos, Andrea Silva Oliveira, Maria Fernanda Bastos Viana, Evandro Borralho Pereira Júnior, Ironara Pestana Martins, Leydyane Sampaio Pereira, Roberto Halisson Guimarães Fonseca e Walland Silva Cutrim Campos, Eduardo Julio da Silva Canavieira, INFORMAÇÕES: pelos telefones (98) 2016-6006/2016-6087/20166089, das 08:00h às 14:00h (horário de Brasília). São Luis, 13 de abril de 2026. Catarina Delmira Boucinhas Leal – Pregoeira – TCE/MA

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/2026-PMAP**

A Prefeitura Municipal de Alto Parnaíba inscrita no CNPJ sob nº. 06.997.571/0001-29, sediada à Avenida Rio Parnaíba, 820 – Centro, CEP: 65.810-000 – Alto Parnaíba - MA, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, através do Agente de Contratação, torna público, que fará realizar a licitação do **Pregão Eletrônico n.º 17/2026**, no dia **05 de maio de 2026 às 08:00min (oito) horas** no sítio eletrônico: <https://bnc.org.br/> - Portal Bolsa Nacional de Compras (BNC). O objeto do certame é Registro de Preços para eventual Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos do tipo ônibus e van, com motorista, destinados ao transporte intermunicipal de passageiros, sob demanda, incluindo todos os custos operacionais, para atender às necessidades das Secretarias Municipais de Alto Parnaíba/MA, que tem por critério de julgamento o **menor preço por item**. Os interessados poderão consultar e obter o Edital e seus Anexos gratuitamente através dos endereços eletrônicos do site oficial da Prefeitura de Alto Parnaíba/MA, <http://www.transparenciadministrativa.com.br/licitacao/> Outras informações pelo e-mail comissaocontratosmap@gmail.com das 09:00 às 12:00 h. Base Legal Lei nº 14.133/2021 e seus Articulados. Alto Parnaíba/MA, 10 de março de 2026. JOSÉ MELO DE OLIVEIRA - Agente de Contratação

**AVISO DE LICITAÇÃO- 2º edição
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2026-PMAP**

A Prefeitura Municipal de Alto Parnaíba inscrita no CNPJ sob nº. 06.997.571/0001-29, sediada à Avenida Rio Parnaíba, 820 – Centro, CEP: 65.810-000 – Alto Parnaíba - MA, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, através do Agente de Contratação, torna público, que fará realizar a licitação do **Pregão Eletrônico n.º 08/2026**, no dia **04 de maio de 2026 às 08:00min (oito) horas** no sítio eletrônico: <https://bnc.org.br/> - Portal Bolsa Nacional de Compras (BNC). O objeto do certame é Registro de Preços para eventual Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para Prestação de serviços de formação continuada para os gestores, professores e servidores da educação infantil e do ensino fundamental I e II (anos iniciais e anos finais), diretores, equipe técnica e pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Alto Parnaíba/MA, que tem por critério de julgamento o **menor preço por item**. Os interessados poderão consultar e obter o Edital e seus Anexos gratuitamente através dos endereços eletrônicos do site oficial da Prefeitura de Alto Parnaíba/MA, <http://www.transparenciadministrativa.com.br/licitacao/> Outras informações pelo e-mail comissaocontratosmap@gmail.com das 09:00 às 12:00 h. Base Legal Lei nº 14.133/2021 e seus Articulados. Alto Parnaíba/MA, 10 de março de 2026. JOSÉ MELO DE OLIVEIRA - Agente de Contratação